



Doação de órgãos. A Câmara de Santos aprovou por unanimidade, em primeira discussão, na última segunda-feira (16), o Projeto de Lei de autoria do vereador Bruno Orlandi (PSDB) que visa isentar o pagamento da taxa de sepultamento e da taxa de utilização da sala de velórios àqueles que tiverem doado seus órgãos ou tecidos para fins de transplante médico. O projeto retorna ao plenário para discussão final.

Hospitais. Conforme o projeto, os hospitais e postos de saúde municipais deverão afixar, nas entradas ou nas áreas de atendimento ao público, em local de fácil visualização, material informativo (placa ou cartaz), contendo a informação sobre o benefício.

Comprovação. Para usufruir da medida, o responsável pelo funeral deverá apresentar comprovação da doação (expedida pelo hospital ou unidade de saúde). A concessão do benefício dispensará o efetivo aproveitamento dos órgãos doados.

Ademir não poupa. O vereador Ademir Pestana (PSDB) está indignado com a falta de segurança na Rodoviária de Santos. Segundo o parlamentar, usuários do equipamento são frequentemente abordados por desocupados assim que chegam de viagem e alguns acabam sendo assaltados. "Comerciantes que atuam no local também não aguentam mais", disse Pestana, que afirma ser inadmissível que uma cidade como Santos, com vocação para o turismo, esteja diante desta realidade. Ele defendeu a presença da Guarda Municipal armada na Rodoviária.

O Poupatempo. Ainda reclama do atendimento no posto bancário do Poupatempo quanto à demora de mais de 40 minutos para a realização de pagamentos de taxas ali recolhidas. Conforme reclamações de munícipes que chegaram em seu gabinete, não há entrega de senha para o controle do tempo despendido no local.



Banha apresenta moção contra PDZ

» O vereador Antonio Carlos Banha Joaquim (MDB) apresentou, na sessão da última segunda-feira (16), da Câmara de Santos, moção de repúdio contra ato do presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Casemiro Tércio Carvalho, que planeja um novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) para o Porto de Santos.

Banha alerta para o impacto do novo PDZ na cidade e no Porto de Santos. O vereador afirma que não foram realizadas audiências públicas e que o PDZ consiste na retirada de carga limpa para instalação de terminais de granéis, com cargas poluentes e sem valor agregado. Ele explica que o granel, além do impacto ambiental, provocará queda de receita, pois o granel é de baixo potencial arrecadatório.

O vereador analisa também que o PDZ retira da Margem Direita, lado de Santos, não somente terminais de contêineres, mas todos que estão instalados em zonas secundárias, além de encarecer a utilização do porto de Santos com a destinação de cargas para a Margem Esquerda, a qual demanda uma logística maior e mais custosa. Acredita ainda que a medida se caracteriza como desvio de finalidade no Porto de Santos.

A Codesp respondeu que o processo deve levar dez meses a partir da data de publicação de seu Plano Mestre, ocorrida em 18 de abril de 2019. Dessa forma, questionamentos e contribuições serão recepcionados oportunamente, no melhor planejamento do Porto do futuro em consonância com uma relação porto-cidade sustentável. **(DL)**